



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE: AVANÇOS E
DESAFIOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA
NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Elisiane de Fátima Eich Ilha

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A
PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE: AVANÇOS E
DESAFIOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA NO
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL**

Elisiane de Fátima Eich Ilha

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Débora Teixeira de Mello

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Monografia da Especialização em Gestão Educacional

**MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR
DOS QUATRO ANOS DE IDADE: AVANÇOS E DESAFIOS E A
IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DO SUL**

Elaborada por:
Elisiane de Fátima Eich Ilha

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Débora Teixeira de Mello, Prof^ª. Dr^ª. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Viviane Cancian, Prof^ª. Dr^ª. (UFSM)

Sueli Salva, Prof^ª. Dr^ª. (UFSM)

Santa Maria, 4 de janeiro de 2013.

Dedico esta pesquisa em primeiro lugar às duas pessoas mais importantes da minha vida: minha filha *Bianca* e meu marido *Ildomar*, pelo simples fato de existirem e fazerem parte da minha vida...

Dedico também aos sujeitos deste estudo, os quais foram os protagonistas deste trabalho dando vida às minhas reflexões...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus por proporcionar a minha chegada até aqui...

Aos meus familiares que estiveram ao meu lado mesmo que fosse somente em pensamento...

Às minhas amigas e colegas: *Jucemara, Silviane, Verlaine, Priscila, Mariéle, Patrícia e Daliana* e demais amigas que estiveram comigo nessa caminhada, por me impulsionarem todo momento a continuar o trajeto, mesmo ele sendo longo e difícil, obrigada amigas, vocês são demais!...

À orientadora, Prof^a. Débora Mello que também me acompanhou nesse processo de construção...

Enfim, a todas aquelas pessoas que de uma forma ou de outra permaneceram ao meu lado e contribuíram para que mais essa etapa da minha vida fosse alcançada.

RESUMO

MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS QUATRO ANOS DE IDADE: AVANÇOS E DESAFIOS E A IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO SUL

AUTORA: Elisiane de Fátima Eich Ilha
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Débora Teixeira de Mello

Esta monografia do curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM tem como tema “Matrícula obrigatória na Educação Infantil a partir dos quatro anos de idade: avanços e desafios e a implementação do Proinfância no município de São Pedro do Sul”. O local onde se realizou a pesquisa foi no município de São Pedro do Sul junto a Secretaria Municipal de Educação e a comunidade ao entorno da unidade do Proinfância. O objetivo geral deste estudo é analisar como será a implementação dessa política pública de inclusão da criança de 4 e 5 anos no sistema de educação municipal, em São Pedro do Sul Rio Grande do Sul, através do Programa Proinfância. Definem-se como objetivos específicos: refletir sobre as concepções histórico-sociais desenvolvidas acerca da criança como sujeito de direitos; realizar o mapeamento das Políticas Públicas Educacionais acerca da Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988; investigar quais são os desafios e avanços que a Política que amplia o direito à educação, a partir dos quatro anos de idade, pode trazer para os estabelecimentos de ensino de Educação Infantil no município de São Pedro do Sul e Compreender os desafios e as possibilidades da organização da gestão educacional municipal, diante do cenário de receber as crianças a partir dos quatro anos de idade, no sistema de ensino com ampliação de vagas através do Proinfância. Diante desse desafio, o município foi contemplado com uma unidade por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil – Proinfância, no qual o município faz parte do Grupo 2 para atender a duzentas e quarenta (240) crianças da Educação infantil. A referida pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que é vista como uma atividade sistemática, a qual orienta compreensão de fenômenos educativos e sociais. O desenho da pesquisa traz primeiramente um estudo bibliográfico acerca de textos, documentos, legislações educacionais, pertinentes ao tema da pesquisa, e então partiu para a pesquisa de campo, na qual adotou como instrumentos para produção de dados entrevistas semiestruturadas, e questionário aberto à comunidade ao redor da unidade do Proinfância. Na análise dos dados recolhidos com os sujeitos envolvidos na pesquisa constatou-se que, a construção dessa unidade no município traz para a comunidade novas expectativas, pois há muito tempo essas famílias lutam para que seja construída uma creche nesse bairro da cidade. E o desejo estava presente nas respostas dos sujeitos ao serem questionados acerca da importância dessa unidade. Relataram que traria diferentes benefícios para aquela comunidade, como por exemplo: valorização do bairro garantia de vaga às crianças de 0 a 6 anos, melhoria do atendimento às crianças, oportunidades de trabalho, e para os pais que e mães que trabalham fora de casa, entre outros.

Palavras-chave: Educação Infantil. Políticas Públicas. Proinfância.

ABSTRACT

REGISTRATION REQUIRED IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION FROM THE FOUR YEAR OLD: PROGRESS AND CHALLENGES AND IMPLEMENTATION OF PROINFÂNCIA IN THE CITY OF SOUTH SÃO PEDRO DO SUL

AUTOR: Elisiane Fatima Eich Ilha
ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Débora Teixeira de Mello

This monograph of the specialization in Educational Management UFSM theme is "mandatory enrollment in early childhood education from the age of four: advances and challenges and implementation of Proinfância in São Pedro do Sul." The place where the research was conducted in the municipality of São Pedro do Sul with the City Department of Education and the community surrounding the unit Proinfância. The aim of this study is to analyze how it will implement this policy of inclusion of children 4 and 5 years in the municipal education system in Sao Pedro do Sul Rio Grande do Sul, through Program Proinfância. Defined as specific objectives: to reflect on the historical and social conceptions developed about the child as a subject of rights; perform the mapping of Educational Public Policy on Early Childhood Education from the 1988 Federal Constitution; investigate what are the challenges and advances Policy that extends the right to education, from the age of four, can bring to educational establishments Child Education in São Pedro do Sul and understand the challenges and opportunities of the organization of municipal education administration, before the scenario receive children from the age of four, in the education system to increase enrollment through Proinfância. Faced with this challenge, the city was awarded a drive through the National Programme for Restructuring and Acquisition of Network Equipment for Public School Children Education - Proinfância, in which the municipality is part of Group 2 to address two hundred forty (240) Child rearing children. Such research adopts a qualitative approach, which is seen as a systematic activity which guides understanding of educational and social phenomena. The research design brings first a bibliographical study about texts, documents, educational legislation, relevant to the topic of research, and then departed for the field research, which adopted as tools for data production semistructured interviews, questionnaires and open to the community around the unit Proinfância. In analyzing the data collected with the subjects involved in the study contacted that the construction of this unit in the city brings new expectations for the community, as long as these families struggle to be built in a day care center city neighborhood. And desire was present in subjects' responses when asked about the importance of this unit. Reported that bring different benefits to that community, such as: enhancement of neighborhood vague assurance to children 0-6 years, improving the care of children, job opportunities, and for parents and mothers who work outside the home, among others.

Keywords: Early Childhood Education. Public Policy. Proinfância.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Taxa de Matrícula, População e Demanda de atendimento à criança de 0 a 6 anos..... | 33 |
| Quadro 2 – Dados coletados na creche municipal..... | 34 |
| Quadro 3 – Dados obtidos na Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul..... | 37 |
| Quadro 4 – Quadro organizado a partir dos dados obtidos no portal do MEC sobre o Proinfância. (2007-2011)..... | 39 |
| Figura 1 – Foto da Unidade - em 22/01/12..... | 36 |

LISTA DE ANEXO E APÊNDICES

| | |
|---|----|
| Anexo A – Projeto Padrão: Unidade Proinfância Tipo B..... | 60 |
| Apêndice A – Instrumento de produção de dados..... | 62 |
| Apêndice B – Questionário aplicado com as famílias de crianças de 0 a 6 anos..... | 64 |
| Apêndice C – Fotos da obra da unidade do Proinfância do município de São Pedro do Sul - janeiro de 2012..... | 65 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA | 10 |
| CAPÍTULO I – DESENHO DA PESQUISA..... | 13 |
| 1.1 Definindo a pesquisa | 13 |
| 1.2 Contextualizando o campo de pesquisa | 14 |
| 1.3 Os sujeitos da pesquisa | 15 |
| 1.4 Instrumentos para produção de dados | 16 |
| CAPÍTULO II – UM OLHAR ACERCA DAS CONCEPÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DESENVOLVIDAS ACERCA DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS | 18 |
| CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO PERCORRIDO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 | 24 |
| 3.1 O Histórico da Educação Infantil para compreender as políticas públicas para as crianças Pós-LDB 9394/96 | 27 |
| CAPÍTULO IV – ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA ENTRADA DE CRIANÇA AOS QUATRO ANOS..... | 31 |
| 4.1 A implementação do Proinfância no município de São Pedro do Sul | 31 |
| 4.2 A Gestão Municipal e a Implementação do Proinfância no Município de São Pedro do Sul..... | 37 |
| 4.3 Análise da Pesquisa com as Famílias | 42 |
| 4.3.1 O Direito à Educação Infantil e a Pesquisa com as famílias | 42 |
| 4.3.2 A importância da Educação Infantil nas Pesquisas com as Famílias | 44 |
| 4.3.3 A Qualidade na Educação Infantil nas Pesquisas com as Famílias | 47 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| REFERÊNCIAS..... | 55 |
| ANEXO | 59 |
| APÊNDICES | 61 |

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida no município de São Pedro do Sul/RS, trazendo algumas reflexões acerca das políticas públicas para a Educação Infantil enfocando a questão da antecipação da entrada da criança aos quatro anos de idade nas turmas de pré-escola conforme determina a Emenda Constitucional 59/09.

A proposta da Emenda Constitucional nº 59 vem trazendo algumas modificações na questão da obrigatoriedade da educação em sua definição não só no município de São Pedro do Sul, mas em todo o país.

A educação no Brasil vem passando ao longo das últimas décadas por algumas mudanças no seu cenário, principalmente no que concerne a universalização do ensino. Nesse contexto, propõe-se esta pesquisa para contribuir de forma reflexiva acerca da política pública que torna obrigatória a matrícula da criança aos quatro anos de idade, a qual poderá oportunizar desde cedo à inserção da criança na escola.

A implantação desta proposta, no Brasil, também foi justificada para atender especialmente as crianças pertencentes às classes populares, uma vez que as crianças das classes médias e altas já se encontram incorporadas no sistema de ensino. Segundo Vieira (2010):

[...] desde o início desta década, conforme resultados das PNAD/IBEGE, o atendimento de crianças de 4 a 6 anos com rendimento médio familiar acima de três salários mínimos está perto da universalização. Em 2004, 94,3% de crianças de 4 a 6 anos, de famílias de renda superior, já frequentavam a pré-escola, ao passo que as crianças de renda inferior apresentaram taxa de frequência de 63,2%, evidenciando enorme defasagem (VIEIRA, p. 819, 2010).

Nesse sentido, a Emenda Constitucional Nº. 59 de 11 de novembro que prevê a obrigatoriedade da matrícula aos quatro anos de idade, entre outras determinações, antecipa a entrada da criança na educação infantil. A prerrogativa legal traz diversas reflexões a serem feitas levando em consideração como às instituições de ensino estarão se organizando para receber todas as crianças aos quatro anos de idade, levando em consideração a estrutura física, a proposta pedagógica, o currículo, a formação desses profissionais, entre outras questões.

A partir das experiências docentes e de investigações teóricas, percebe-se a necessidade da proposta de uma pesquisa sobre o impacto que a entrada da criança a partir dos quatro anos poderá causar para os estabelecimentos de Educação Infantil.

Embora o Plano Nacional de Educação, Lei Nº. 10.172 (BRASIL, 2001), de 9 de janeiro de 2001, estabeleça a necessidade da ampliação da oferta de educação infantil de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e 60% da população de 4 e 6 anos (ou 4 e 5 anos), até o final da década, e alcançar, a meta de 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos. Essa proposta, ainda precisa, estar na pauta das ações dos diretores, supervisores, professores, coordenadores e demais profissionais da educação envolvendo assim a gestão do tempo, dos espaços e dos recursos humanos da escola para favorecer as mudanças necessárias no cotidiano escolar.

A antecipação da matrícula obrigatória a partir dos quatro anos implica em questões como oferecer infraestrutura que possa atender à demanda e educação de qualidade para essa faixa etária, repercutindo na gestão dos sistemas de ensino que tem até 2016 para a implementação da determinação sobre a obrigatoriedade em todas as etapas da educação básica.

Junto a tais propósitos de investigação, apresenta-se a seguinte questão norteadora, enquanto problema central: como será a implementação dessa política pública de inclusão da criança de 4 anos no sistema de educação municipal, no município de São Pedro do Sul/ Rio Grande do Sul, através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Levando em consideração que esta é uma política pública que vem mudando o panorama da organização quanto à oferta de atendimento às crianças a partir dos quatro anos de idade, define-se como objetivo geral do estudo: analisar como será a implementação dessa política pública de inclusão da criança de 4 anos no sistema de educação municipal, no município de São Pedro do Sul/ Rio Grande do Sul, através do Programa Proinfância.

Definem-se como objetivos específicos: refletir sobre as concepções histórico-sociais desenvolvidas acerca da criança como sujeito de direitos; realizar o mapeamento das Políticas Públicas Educacionais acerca da Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988; investigar quais são os desafios e avanços

que a política que amplia o direito à educação, a partir dos quatro anos de idade, e o que essa política pode beneficiar os estabelecimentos de ensino de Educação Infantil no município de São Pedro do Sul e compreender os desafios e as possibilidades da organização da gestão educacional municipal, diante do cenário de receber as crianças a partir dos quatro anos de idade, no sistema de ensino com ampliação de vagas através do Proinfância.

A estrutura textual aqui organizada tenciona proporcionar reflexões acerca da temática estudada, sendo dividida em capítulos.

No primeiro capítulo estão expostos os caminhos metodológicos percorridos para a efetivação dos objetivos da pesquisa, ao passo que a abordagem metodológica se faz necessária para melhor compreensão dos desafios frente a um estudo merecedor de análise aprofundada nos dados coletados.

O segundo traz a explanação de momentos históricos sobre as concepções histórico-sociais desenvolvidas acerca da criança enquanto sujeito de direitos, com a intenção de compreender as evoluções dos conceitos de criança e infância na história da educação brasileira, bem como as influências desse processo para a conquista dos direitos da criança.

No terceiro capítulo, há um retrospectivo histórico sobre a caminhada das políticas públicas para a Educação Infantil desde a Constituição Federal de 1988, elencando os principais acontecimentos no que se refere à conquista do direito à educação infantil.

O quarto capítulo, originou-se a partir da coleta dos dados, da análise desses, sendo que para tal procedimento, foi necessário estabelecer algumas categorias de análise: A implementação do Proinfância no município de São Pedro do Sul, O Direito à Educação Infantil, A importância da Educação Infantil e Qualidade na Educação Infantil. Nesse grupo, procurou-se promover discussões e reflexões acerca das questões que permeiam o contexto estudado.

Após as ponderações e análises efetuadas, apresentam-se as considerações concernentes à explanação de todas as questões colocadas como fontes de discussão e de reflexão para proporcionar a compreensão dos fatores que fazem parte do contexto pesquisado.

CAPÍTULO I – DESENHO DA PESQUISA

A própria Constituição Federal de 1988, bem como a LDB, Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional nº 9.394/1996 sinalizavam a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, o que acarretou modificações importantes no que concerne ao direito à Educação Infantil, já que faz parte do direito a educação desde o nascimento da criança, mesmo não sendo obrigatória, a matrícula da criança de 0 a 5 anos e 11 meses nos estabelecimentos de Educação Infantil.

Nesse ínterim, torna-se imprescindível a análise da implementação dessa política pública a partir do Proinfância, e para isso tem-se como problema de pesquisa a seguinte questão: como será a implementação dessa política pública de inclusão da criança de 4 anos no sistema de educação municipal, no município de São Pedro do Sul/ Rio Grande do Sul, através do Programa Proinfância?

Apresentam-se como objetivos específicos:

- Pesquisar sobre as concepções histórico-sociais desenvolvidas acerca da criança como sujeito de direitos;
- Realizar o mapeamento das Políticas Públicas Educacionais e da Gestão Educacional acerca da Educação Infantil a partir da Constituição Federal de 1988;
- Investigar quais são os desafios e avanços que a Política que amplia o direito à educação, a partir dos quatro anos de idade, pode trazer para os estabelecimentos de ensino de Educação Infantil no município de São Pedro do Sul.
- Compreender os desafios e as possibilidades da organização da gestão educacional municipal, diante do cenário de receber as crianças a partir dos quatro anos de idade, no sistema de ensino com ampliação de vagas através do Proinfância.

1.1 Definindo a pesquisa

Para construir-se o objeto de estudo proposto, num primeiro momento, parte-se da importância dos referenciais teóricos selecionados e/ou relacionados à

temática em questão, enquanto estudo bibliográfico, da legislação, documental que fundamentará a análise da trajetória das ações práticas, promovendo-se a inter-relação necessária entre ambos, por meio de um processo constantemente reflexivo.

A abordagem metodológica adota um caráter qualitativo, que segundo Sandín Esteban (2010) é:

Uma atividade sistemática orientada à compreensão de fenômenos educativos e sociais, à transformação de práticas e cenários socioeducativos, à tomada de decisões e também ao descobrimento e desenvolvimento de um corpo organizado de conhecimentos (SANDÍN ESTEBAN, 2010, p. 127).

A pesquisa é um estudo de caso, ao passo que foi investigado o processo de implementação da política de antecipação da criança aos quatro anos de idade na Educação Infantil através do Proinfância no município de São Pedro do Sul, pois segundo Chizzotti (1998):

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 1998, P. 102).

Nesta perspectiva metodológica, será investigado o processo de implantação da política pública que inclui a criança de 4 e 5 anos no sistema de educação municipal, no município de São Pedro do Sul/ Rio Grande do Sul, através do Programa Proinfância.

1.2 Contextualizando o campo de pesquisa

O município de São Pedro do Sul, primeiramente designado como Distrito, foi criado em 1º de junho de 1882, através da Lei nº 1.392. Depois, já com o nome de São Pedro do Sul, o município teve sua origem pelo Decreto-Lei Estadual nº 720, de 29 de dezembro de 1944. Num primeiro momento, representou como Distrito-Sede, formado por dois subdistritos: São Pedro do Sul e Cerro Claro. Hoje, ele compõe-se dos distritos de São Pedro do Sul (Sede), Guassupi e Toropi. (www.ibge.com.br, 2010).

A cidade de São Pedro do Sul localiza-se na microrregião de Santa Maria; e sua população total era de 16.371 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2010, sua área total é de 920,10 km². A cidade é formada por 14 bairros, sendo um município de porte pequeno, e sua economia é baseada no comércio e no trabalho rural (www.ibge.com.br, 2010).

No presente momento, o prefeito do município é Marcos Ernani Senger, e o secretário da Educação é Galileu Aita. A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de São Pedro do Sul conta com uma rede de doze estabelecimentos de ensino. (<http://www.saopedrodosul.org/educacao>).

1.3 Os sujeitos da pesquisa

Para a construção deste estudo, definiram-se como sujeitos da pesquisa: o Secretário Municipal de Educação, a Diretora da Creche Municipal e algumas famílias da comunidade, bem como 30 famílias que moram próximas ao local da nova creche que está em construção com recursos do Proinfância, e foram convidadas a participar da pesquisa respondendo a um questionário aberto contendo oito questões.

Nesta perspectiva metodológica, será investigado o processo de implantação da política pública que inclui as crianças de 4 e 5 anos no sistema de educação municipal, do município de São Pedro do Sul/ Rio Grande do Sul, através do Programa Proinfância.

A pesquisa é um estudo de caso, ao passo que foi investigado o processo de implementação da política de antecipação da criança aos quatro anos de idade na Educação Infantil através do Proinfância no município de São Pedro do Sul, pois segundo Chizzotti (1998):

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora (CHIZZOTTI, 1998, p. 102).

Cabe esclarecer que não foram coletados os nomes dos sujeitos pesquisados, quando se tratou da comunidade em torno da unidade do Proinfância, foram resguardadas a identidade dos mesmos, portanto aqui, denominaremos como: Família 1, Família 2, Família 3, Família 4, Família 5, Família 6, Família 7, Família 8, Família 9, Família 10, Família 11, Família 12, Família 13, Família 14, Família 15, Família 16, Família 17, Família 18, Família 19, Família 20, Família 21, Família 22, Família 23, Família 24, Família 25, Família 26.

1.4 Instrumentos para produção de dados

Para Lakatos e Marconi (2010) a coleta de dados define-se como: “Etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de efetuar a coleta dos dados previstos” (Lakatos e Marconi, p. 18, 2010).

Nesse sentido, os instrumentos utilizados para a produção de dados foram: um questionário com 37 questões, entrevista semiestruturada e um questionário aberto, os quais foram aplicados num primeiro momento com o secretário de educação, e depois um questionário aberto com 8 questões que foram aplicados às famílias da comunidade para assim produzir os dados. Para Gil (2010, p.121) “Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas”. Na visão de Triviños (1987, p. 145):

A entrevista semiestruturada “É um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados”. No que se refere ao questionário, é um instrumento de pesquisa que tem como finalidade coletar conhecimentos sobre determinados assuntos, crenças, valores, entre outros aspectos.

Cabe ressaltar que se optou pelo questionário com questões abertas, que segundo Lakatos e Marconi (2010) também são chamadas de livres ou limitadas, que consentem aos sujeitos responderem de forma livre, usando linguagem própria.

Segundo os autores, supracitados, há vantagens e limitações neste tipo instrumentos, pois economiza tempo, obtendo grande número de dados, abrange várias pessoas ao mesmo tempo, conseguindo respostas mais rápidas, entre outras

vantagens. Porém, corre-se o risco de receber respostas não condizentes com a realidade.

A partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com secretários da Educação, Diretora da Creche Municipal e um questionário destinado à comunidade, tornou-se possível pensar acerca das contribuições desses sujeitos para esta pesquisa, com vistas à opção por algumas categorias de análise e a reflexões com o intuito de melhor organizar as discussões trazidas ao longo do texto. Permanentemente, os discursos eram relacionados com os pressupostos teóricos que tratam dessas temáticas, inferindo embasamento às argumentações e discussões convergentes à proposta aqui explanada. Nesse raciocínio, as categorias compreendem: A implementação do Proinfância no município de São Pedro do Sul, O Direito à Educação Infantil, A importância da Educação Infantil e Qualidade na Educação Infantil.

CAPÍTULO II – UM OLHAR ACERCA DAS CONCEPÇÕES HISTÓRICO-SOCIAIS DESENVOLVIDAS ACERCA DA CRIANÇA COMO SUJEITO DE DIREITOS

Para iniciarmos esse capítulo torna-se necessário esclarecer as diferenças entre o conceito de criança e o de infância. Segundo o Dicionário Aurélio, por exemplo, criança é ser humano de pouca idade. No mesmo dicionário, a infância está definida como um período de crescimento, no ser humano, que vai do nascimento até a puberdade. No entanto, se faz necessário lembrar que as definições de infância podem tomar diferentes formas de acordo com os referenciais que tomamos para concebê-las.

Para Oliveira (2005, p. 44) “O termo “infância” (in-fans) tem o sentido de “não-fala”. No entanto, a autora indaga a respeito de que fase da vida isso se refere? Já que desde o nascimento a criança já possui sua forma de comunicação, seja ela pelo choro, grito, gestos, sorrisos, entre outros meios, portanto, o bebê já tenta estabelecer comunicação de alguma forma com o mundo a sua volta.

Para compreender melhor essa questão, é necessário que recordemos a educação grega, na qual infância estava relacionada aos seres com tendências selvagens, podendo ser debeladas pela razão, já na educação medieval a infância era vista como evidência do pecado do homem, sendo que nele a razão não se demonstraria.

O conceito de criança nos dias de hoje é advindo de muitas pesquisas já realizadas, como por exemplo, Oliveira (2005) coloca que esse conceito atualmente tem uma nova identidade, definindo criança como seres curiosos, com direitos e necessidades, que carecem de espaços diferentes, sejam eles familiares ou escolares, onde possam receber carinho, atenção, estímulos e que consigam ser crianças.

São diversos estudos existentes acerca dessa temática, pois para se falar em educação infantil, é imprescindível levar em conta o que é infância e criança, bem como fala Kuhlmann Jr. (2007):

“A história da educação infantil também sugere esse tipo de consideração. As instituições de educação da criança pequena estão em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc. – e, claro, com a história das demais instituições educacionais” (KUHLMAN JR., 2007. p. 16).

Conforme Kuhlmann Jr. (2007): “A história da criança é uma história acerca da criança.” Ele afirma que as crianças estabelecem relações sociais, sendo este um processo psicológico, social, cultural como também histórico, e a partir disso constroem valores, apropriam-se de maneiras próprias de se comportarem porque isso faz parte do seu desenvolvimento enquanto criança.

Ainda para o mesmo autor, a infância é uma condição da criança, pois:

O conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre esta fase da vida. É preciso conhecer as representações da infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc, reconhecê-las como produtoras da história (KUHLMAN JR., 2007. p. 30).

Na Idade Média, as crianças começaram a ser vistas quando passaram a ter nomes, sobrenomes e idade, ou seja, passaram a existir de certa forma (ÀRIÉS, 1981). As palavras de Pilotti e Rizzini (1995) conseguem uma noção de como essa fase era vista na época, pois deixam claro que:

No decorrer do tempo, a infância foi tratada de muitas e diversas maneiras. As relações sociais com a Família, com a Igreja, como Estado e com os outros estamentos da sociedade perpetuam valores morais, religiosos e culturais, reproduzindo dominadores e subjugados em seus papéis (PILOTTI E RIZZINI, 1995, p. 7).

Em se tratando das condições de vida das crianças escravas naquela época, sabe-se que elas eram “comprometidas” com os seus senhores, e sua infância foi fortemente marcada por momentos tristes, já que serviam como forma de divertimento dos filhos da elite. É o que afirmam Pilotti e Rizzini (1995):

Enquanto pequeninas, as crianças escravas serviam como brinquedos dos filhos dos senhores (a quem inclusive eram doados como presente) e divertimento das visitas, ou seja, eram consideradas animaizinhos de estimação (cavalinhos, macaquinhos). Os filhos dos escravos cedo deixavam de ser criança para entrarem no mundo do trabalho (PILOTTI E RIZZINI, 1995, p. 20).

Essas crianças eram vistas como adultas, pois já assumiam inúmeras e diferentes responsabilidades, desempenhando as mais diversas tarefas, igualmente

a dos escravos adultos, sem falar na situação de humilhação a que eram submetidas, servindo como “brinquedos” para passar o tempo dos meninos livres.

A partir dos fatos que a história se encarrega de contar, fica claro o quanto as crianças foram vítimas de descaso, descuido e falta de valorização. No que se refere à assistência, nota-se que a criança escrava não era objeto de proteção da sociedade, visto que o interesse era apenas de produção, com o intuito de poderes financeiros, evidentemente porque a criança representava mão-de-obra barata, explorada a partir da sua força de trabalho, embora muitas vezes “fraca” para alguns tipos de serviços.

No contexto brasileiro, a situação não era diferente, pois, a infância dessas crianças era atrelada às relações entre criança e adulto sem levar em conta a especificidade de ambas as partes, bem como da convivência e interação com as crianças filhas de escravos. Sendo que as amas-de-leite amamentavam, cuidavam e passavam os primeiros ensinamentos aos filhos dos senhores de classes nobres.

Segundo Ostetto (1992) apud Vanti (2004), isso era visto como algo ruim pelos europeus que visitavam o Brasil naquela época, pois acreditavam que os escravos poderiam causar danos à infância daquelas crianças, comprometendo a educação moral dos pequenos.

Complementando, Vanti (2004) coloca que os estrangeiros denotam essa preocupação quando diz que:

[...] o descaso com a educação moral das crianças pequenas e a prática de aleitamento mercenário é identificado como indicativo da não especificidade da infância no Brasil.

Esses dados permitem afirmar que a educação infantil durante o Brasil Império diz respeito à educação informal, ou seja, à educação doméstica e a formação geral, realizada especialmente pelos escravos, desde o nascimento da criança branca de leite (VANTI, 2004. p. 77).

Esses fatos comprovam o quanto a infância ainda não recebia a atenção necessária, já que esse quadro só foi mudando com a contribuição da medicina numa perspectiva higienista a partir da metade do século XIX, pois queriam combater a mortalidade infantil. Desde então, a infância começou a ser vista como uma fase importante e que precisa de cuidados para a melhor qualidade vida da criança.

De acordo com Aquino (2009), a infância foi cenário por algum tempo ao olhar da Medicina e da Psicologia, estabelecendo uma rede de conhecimento entre a

Pedagogia e a educação, com o intuito de controlar procedimentos adequados e necessários ao desenvolvimento da criança. Ela firma ainda que:

A Pediatria e a Puericultura, especialidades médicas com foco na infância, passaram a determinar as condições de existência das crianças, regulando as práticas alimentares, higiênicas, afetivas e sócio-culturais (AQUINO, 2009, p. 150).

Com o passar do tempo, outras áreas foram interessando-se pela temática da infância, e ela veio se tornando objeto de estudo também pela Psicologia, História, Antropologia e Sociologia.

Diante disso fica claro, que ao longo desses anos, felizmente, houve alguns progressos que foram mudando o cenário da infância, pois houve vários movimentos e lutas sociais que começaram a ver a criança como um ser de direitos. Como marco inicial dessa valorização da infância, é imprescindível destacar o momento histórico ocorrido na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde representantes de diferentes países aprovaram a Declaração dos Direitos da Criança em 20 de novembro de 1959, documento este que é uma adaptação de algumas partes da Declaração dos Direitos Humanos reservado para as crianças.

Dando continuidade a essa caminhada histórica, passado trinta anos desta Declaração, no ano de 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção dos Direitos da Criança, uma Carta Magna destinada à todas as crianças do mundo, a qual no ano seguinte foi oficializada como lei internacional (site UNICEF), reafirmando a importância deste documento para a construção de uma infância mais justa e protegida para as crianças.

Certamente, não se pode deixar de enfatizar aqui que a Constituição Federal de 1988 também teve um papel muito importante na luta por esses direitos, reservando um de seus artigos, neste caso o de número 227 no capítulo VII afirmando que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Outro momento histórico que merece destaque foi à instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA pela Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Brasil,

1990), o qual regulamenta os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, direitos esses que já estavam previstos nas diretrizes da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Nesse sentido, o ECA no seu artigo 2º traz a definição para o termo criança, como sendo a pessoa até 12 anos de idade incompletos. (BRASIL, 1990).

Considerando essa breve trajetória descrita aqui, pode-se perceber que a criança passou a ser vista como um ser que existe tendo direitos e deveres previstos em lei, e que por isso merece respeito e atenção por parte da sociedade civil. A sociedade em geral, tem o dever de priorizar por eles, para que possam ser exercidos, pois são eles que dão a criança e ao adolescente o direito à vida, à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, à dignidade, ao respeito e tantos outros (BRASIL, 1990).

A criança é agora um indivíduo protegido por lei, e em decorrência disso, muitos estudos e pesquisas estão sendo realizados enfocando essa temática, o que vem trazendo para a sociedade diversas reflexões teóricas, no que concerne ao campo da infância.

O ser criança traz consigo momentos carregados de surpresas, criatividade, imaginação, desejos, emoções e até mesmo de frustrações. É na infância que se constroem as primeiras aprendizagens, aliás, muito antes do nascimento, a criança já é um ser que aprende mesmo ainda dentro do útero da mãe. A partir do toque na barriga, a conversa com o bebê, as palavras de carinho, todo e qualquer tipo de demonstração de afeto à criança proporciona a ela muita segurança e contribui para seu desenvolvimento pleno e saudável.

Para Ramires (2007), o desenvolvimento

[...] começa antes do nascimento e continua ao longo de todo o ciclo da vida. Desenvolvimento não é sinônimo de crescimento. Enquanto o crescimento é definido por uma mudança no tamanho, o desenvolvimento caracteriza-se por mudanças em complexidade e função (RAMIRES, p. 37, 2007).

Nesse sentido, a criança merece ser vista como um ser que precisa de cuidados básicos e proteção das pessoas que o rodeiam, para que ela possa desenvolver a capacidade de pensar, de agir, de sentir, de construir conhecimentos, de interagir com o mundo que está a sua volta. Desta forma, é preciso comprometimento para que todas as crianças tenham a proteção e os cuidados

essenciais ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais. Direito aos tempos livres, à cultura, à proteção contra a exploração do trabalho infantil e contra as violências sexuais, bem como cuidados com a saúde, com a educação, com o lazer, entre outros direitos.

É nessa perspectiva que as instituições de Educação Infantil precisam pensar suas propostas pedagógicas, de forma que as vivências das crianças, a cultura, a linguagem, os conhecimentos, as aprendizagens e a afetividade sejam pontos primordiais nesse trabalho, ao passo que a criatividade, a socialização, a construção de saberes e a imaginação sejam elementos do processo de desenvolvimento dessa criança.

Na visão de Aquino (2009):

As crianças têm direito a um ambiente de educação e cuidado que proporcione condições para aprender e se desenvolver; a conviver e partilhar com outras pessoas (crianças e adultos) suas experiências; construir sua identidade pessoal e coletiva e ampliar seu universo sociocultural (AQUINO, 2009, p. 160).

Ainda sobre essa questão, Oliveira (2005) assegura que “Muitas destas, por sua vez, estão preocupadas com a construção de uma proposta pedagógica, que julgam progressista, orientada primordialmente para o desenvolvimento cognitivo (OLIVEIRA, 2005, p. 44)”. Esse tipo de prática não considera que o afeto é parte importante do processo de ensino e aprendizagem, já que a construção de conhecimentos mais elaborados são vistos como aprendizagens principais, o que dá a entender que essa etapa escolar é uma espécie de preparação para o ensino fundamental.

A Educação Infantil é um espaço diferenciado, que deve oferecer condições para que a criança construa aprendizagens, mas que em momento algum ela deixe de ser criança. O momento do brincar é fundamental, pois é junto a isso que se constituem outros saberes, os quais estão inteiramente ligados à sua realidade, o que faz o total sentido para a criança no seu processo de aprendizagem.

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO INFANTIL: O CAMINHO PERCORRIDO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESDE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A partir do que foi mencionada anteriormente, a criança como tema de estudos na área da infância, destaca-se neste capítulo uma das principais conquistas em relação às crianças, o direito a educação. Esse direito é fruto de muitos movimentos e lutas sociais, os quais primeiramente compreendiam o acesso a escola como um direito das mães trabalhadoras, mas que com o passar do tempo e o avanços das políticas públicas para reconhecer a criança também como um sujeito de direitos.

Como marco inicial da valorização da infância, é imprescindível destacar o momento histórico ocorrido na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde representantes de diferentes países aprovaram a Declaração dos Direitos da Criança em 20 de novembro de 1959, documento este que é uma adaptação de algumas partes da Declaração dos Direitos Humanos reservado para as crianças.

Neste documento são elencados dez princípios que se referem aos direitos das crianças, dentre eles destaca-se o sétimo princípio, que versa sobre o direito à educação gratuita e ao lazer infantil. Pois, é do conhecimento geral que as cidades detêm a maior demanda por serviços públicos, mas que os recursos se concentram na União. Mesmo assim, se os Municípios, incluindo-se aqui primeiramente o Poder Público, seguido da iniciativa privada, as instituições científicas e acadêmicas, as entidades comunitárias, os políticos e a comunidade como um todo, buscarem conjuntamente os objetivos que levem à implantação de políticas públicas municipais, certamente será possível avançar bastante com relação às oportunidades de concretização dos direitos sociais, notadamente a educação e o lazer.

É pertinente destacar que este princípio assegura os interesses das crianças, o desfrute de jogos e brincadeiras dirigidos para a educação das mesmas e por fim, o direito a educação escolar gratuita e obrigatória ao menos nas etapas elementares. Essa educação deve favorecer sua cultura geral e permitir em condições de igualdade de oportunidades - desenvolver suas aptidões e sua

individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral, chegando a ser um membro útil à sociedade. Dada a relevância desse princípio é importante ressaltar que em nenhum momento o documento refere-se a idade das crianças.

Dando continuidade a essa caminhada histórica, passado trinta anos desta Declaração, no ano de 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção dos Direitos da Criança, uma Carta Magna destinada à todas as crianças do mundo, a qual no ano seguinte foi oficializada como lei internacional (site UNICEF), reafirmando a importância deste documento para a construção de uma infância mais justa e protegida para as crianças. Esta carta apresenta no Artigo 18 o comprometimento dos Estados com a educação das crianças, reiterando assim o compromisso do poder público em assegurar este direito às crianças.

Além das políticas de nível nacional, tem-se consolidado políticas públicas e nível local, de Brasil nas últimas décadas, mais especificamente a partir de 1988 quando foi promulgada a Constituição Federal. Este documento que rege sobre os direitos sociais e individuais dos cidadãos brasileiros estabelece já no Artigo 6º que a educação é um dos direitos sociais dos cidadãos, e, portanto, das crianças. No 23º Artigo, estabelece que é competência do poder público proporcionar os meios para o acesso a cultura, educação e a ciência.

Já em um Capítulo específico, o III “Da educação, da cultura e do desporto”, o Artigo 205 reitera a educação como um direito de todos, e para, além disso, estabelece como um dever da família e do Estado. Na sequência, quando esta Carta trata dos deveres do Estado com a educação, no Artigo 208, com a emenda Constitucional 59/09, o mesmo fica comprometido com a garantia da educação básica obrigatória e gratuita, dos 4 aos 17 anos de idade e especificamente a educação infantil até os 5 anos de idade (a obrigatoriedade da matrícula aos 4 anos de idade será discutida posteriormente).

A história da educação infantil no Brasil retrata segundo Oliveira (2002) que até metade do século XIX o atendimento de crianças pequenas longe de suas mães em estabelecimentos como creches ou parques infantis quase não existia no Brasil. Essa questão só foi mudando na segunda metade do século XIX, período da libertação dos escravos, o que aumentava a migração para a zona urbana e com isso começa a aparecer o desenvolvimento das cidades no aspecto da cultura e da tecnologia.

Durante esse período, que precede a proclamação da República, houve

algumas iniciativas para proteger a infância, no intuito de combater a mortalidade infantil criando estabelecimentos de acolhimento, e isso também se deu pelo fato do destino que seria dado aos filhos dos escravos após a abolição.

Foi dentro desse contexto que surgiram de acordo com Oliveira (2002, p. 92): “[...] criação de creches, asilos e internatos, vistos na época como instituições assemelhadas e destinadas a cuidar das crianças pobres.”

Diante desse cenário, passa a existir o chamado “jardim-de-infância”, que na verdade é uma ideia estrangeira com influência americana e européia, a qual foi aceita com admiração por algumas esferas sociais do país naquele período. A autora supracitada argumenta dizendo que:

A ideia de “jardim-de-infância”, todavia, gerou muitos debates entre os políticos da época. Muitos a criticavam por identificá-la com as salas de asilo franceses, entendidas como locais de mera guarda das crianças. Outros a defendiam por acreditarem que trariam vantagens para o desenvolvimento infantil, sob influência da escola nas vistas. O cerne da polêmica era a argumentação de que os jardins-de-infância tinham objetivos de caridade e destinavam-se aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público (OLIVEIRA, 2002, p. 92-93).

Os primeiros jardins-de-infância foram instituídos entre os anos de 1875 e 1877 respectivamente no Rio de Janeiro e São Paulo, os quais eram particulares, somente alguns anos depois é que surgiram os primeiros estabelecimentos públicos. Sendo que estes eram para as classes sociais média e alta, o que não quer dizer que as crianças das camadas populares não eram temas de discussões nos meios de comunicação naquele período, porém, existiam duas visões sobre o tema: por um lado se percebia o jardim-de-infância como a primeira fase da educação propondo uma reforma da ensino no país na busca da diferenciação entre escolas infantis, salas de asilos e jardins-de-infância. Por outro lado, se tinha uma preocupação com a infância vindo de uma concepção de que o atendimento era uma espécie de doação aos mais pobres.

Como se pode observar a partir dos fatos, as questões que envolvem a infância tiveram algumas influências, mais especificamente três delas tiveram papel fundamental na elaboração das políticas públicas atuais: a médico-higienista, a jurídico-policia e a religiosa.

A primeira delas tinha como objetivo combater a mortalidade infantil, associando essa preocupação com o educar, surgindo o elo de ligação entre educar

e cuidar. Tanto que segundo Kuhlmann Jr. (2007) as creches teriam sido “usadas” como laboratórios para os médicos.

A segunda influência chamada de jurídico-policial, trazia a questão da marginalidade infantil, ou seja, para evitar que as crianças ficassem nas ruas sem cuidado, nem proteção.

E a terceira delas, tinha a Igreja Católica como elemento principal a qual garantia a ordem social. O foco central da influência religiosa era a implementação de políticas sociais assistencialista, tendo a caridade como destaque.

3.1 O Histórico da Educação Infantil para compreender as políticas públicas para as crianças Pós-LDB 9394/96

A educação das crianças pequenas, menores de 5¹ anos, passou a integrar o cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, após a década de 80, através da Constituição Federal (1988) que determinou como dever da família e do Estado assegurar à criança o direito à educação em creches e pré-escolas. Todavia, somente com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9394/96), que estes estabelecimentos de ensino passam a integrar a Educação Infantil, ou seja, a primeira etapa da Educação Básica Brasileira, na qual tem por objetivo “[...] o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade”. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a Educação Infantil é o princípio do ambiente escolar para a criança, a qual deve proporcionar a ela momentos de socialização, de trocas de conhecimentos e aprendizagens sempre respeitando a sua singularidade enquanto criança.

Conforme proposições da própria LDB 9394/96, a Educação Infantil, prioriza o atendimento de crianças 0 a 3 anos e 11 meses em creches e, de 4 a 5 anos e 11 meses em pré-escolas, não havendo diferenças de atendimento conforme nomenclatura da instituição (creches, escolas, pré-escolas, centros de recreação) e

¹Alteração da LDB 9394/96 em consonância com Lei 11.114 de 16 de maio de 2005, que incluiu as crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental.

jornada de trabalho (parcial ou integral). Com isso, fica legalmente, extinta a concepção de creche para os pobres e de pré-escolas para os ricos, que por anos cerceou o cenário da educação das crianças pequenas brasileiras.

Buscando superar ainda esta marca do atendimento educacional das crianças menores de 5 anos, o governo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC) e da Coordenação de Educação Infantil (COEDI) vem elaborando documentos, diretrizes, parâmetros, normativas, políticas e legislações específicas para a Educação Infantil.

Um desses documentos, pós LDB 9394/96, foi os Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil (RCNEI) de 1998, o qual é dividido em três volumes: Introdução (Volume 1) e os eixos Formação Pessoal e Social (Volume 2) e Conhecimento de Mundo (Volume 3). Embora seja um conjunto de referenciais e orientações para a ação pedagógica de profissionais da Educação Infantil, ele não é obrigatório, mas tem o intuito de desenvolver integralmente as crianças de zero a cinco anos, tendo como princípios norteadores a criança, o educar, o cuidar e o brincar.

De acordo com o documento introdutório dos RCNEI (1998), a criança ao estar na instituição de educação infantil tem a possibilidade de conviver com diferentes hábitos e origens culturais, seja com adultos ou com outras crianças. Na escola infantil, a criança aprende novas formas de agir e estar no mundo, tanto pelas brincadeiras, como pelos conhecimentos adquiridos nas trocas étnicas e culturais com aqueles que com ela interage.

Procurando delinear um espaço de qualidade para o atendimento a criança pequena, outro documento foi lançado em 2006, os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (PBIEI) cujo objetivo foi orientar a construção e organização de espaços físicos e ambientes adequados às crianças de zero a cinco anos de idade considerando as diversidades regionais e locais. Aliado a este documento e consonante com o Plano Nacional de Educação – Lei 10.172/2001, sobre o estabelecimento de parâmetros de qualidade nos serviços de educação infantil, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI/2006) volumes I e II instituem padrões de referências para a organização e funcionamento dos estabelecimentos de Educação Infantil mantidos por órgãos públicos.

Subsidiar contexto de qualidade para a Educação Infantil, onde a criança seja centro do planejamento curricular e a ela seja assegurada a educação, o cuidado e a brincadeira, é o princípio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs de 2009, a qual explana que

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Para que o exposto nas DCNEIs possa ser efetivado, o Brasil conta com o Plano Nacional de educação (2011), documento que contém as metas educacionais para os próximos de anos no país. Neste documento, são reiteradas algumas metas que não foram alcançadas no PNE 2000 – 2010, dentre elas a questão da ampliação do acesso a escola pública.

Dentre as Metas e Estratégias, a primeira diz respeito à Universalização até 2016, do atendimento a população de 4 a 5 anos de idade e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos (Brasil, 2011). Pode-se perceber que estabelecer estas metas, é uma forma de fazer com que o direito das crianças ao acesso a educação infantil seja cumprido.

O direito à educação passou a ser o centro das discussões para a elaboração de políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos no campo educacional. O direito à Educação Infantil – EI foi conquistado ao longo dos anos, que conforme Brandão (2005) a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 em seu artigo 29 fica claro:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRANDÃO, 2005, p. 84).

No Brasil, recentemente foi aprovada a “Emenda 59”, a qual trata da obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos de idade na educação infantil. Essa Emenda Constitucional foi aprovada em 2009 alterando a redação do Artigo nº 208 da Constituição Federal, na sua origem, o artigo versava sobre a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, agora amplia essas dimensões

para a educação básica, ou seja, deve ser obrigatório e gratuito a oferta de educação infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade, ensino fundamental e médio.

Essa alteração é polêmica porque para além da matrícula obrigatória, tem-se condições para uma oferta de qualidade às crianças que estão ingressando na Educação Básica. Como metas para atender a esta demanda, uma delas é a ampliação do Proinfância.

O próprio PNE 8.035/2011 traz como sua primeira meta “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de quatro e cinco anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a cinquenta por cento da população de até três anos” (BRASIL, 2010). Dentre suas estratégias está a intenção de manter e aprofundar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para a rede escolar pública de educação infantil, voltado à expansão e à melhoria da rede física de creches e pré-escolas públicas.

Cabe ressaltar que é neste contexto de mudanças que o Proinfância poderá se constituir como uma possibilidade de ampliação das vagas existentes, mesmo considerando as limitações de recursos existentes para implementação do mesmo em todo território nacional. A construção de uma escola com todo equipamento necessário ao seu funcionamento implica num volume razoável de recursos e que este é bancado pela União. Sendo que, a manutenção da escola construída resulta num volume muito maior de recursos. Esse encargo deverá ser mantido pelos municípios conforme prevê a legislação que define como competência desse ente federado a oferta da educação infantil. Sendo assim, ao aderir o programa proinfância, os municípios precisam ter um cálculo do que representa em longo prazo cada escola construída.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E REFLEXÃO SOBRE A ANTECIPAÇÃO DA ENTRADA DE CRIANÇA AOS QUATRO ANOS

Com este estudo busca-se refletir acerca das políticas públicas para a Educação Infantil enfocando a questão da antecipação da entrada da criança aos quatro anos de idade nas turmas de pré-escola conforme determina a Emenda Constitucional 59/09.

4.1 A implementação do Proinfância no município de São Pedro do Sul

A legislação brasileira é bastante clara quando diz que a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e mais do que isso é um direito garantido à criança desde o seu nascimento, isso desde a Constituição Federal de 1988, como também a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) nº 9.394/1996. Campos (2011) salienta que:

[...] a educação infantil no País constitui a primeira etapa da educação básica. Essa formulação trouxe várias mudanças significativas na organização da oferta de atendimento em creches e pré-escolas: a educação infantil faz parte do direito à educação desde o nascimento, embora não com o caráter de obrigatoriedade para as famílias; as creches, agora definidas de acordo com a faixa etária atendida (crianças entre 0 e 3 anos de idade), foram incluídas no setor educacional, transferidas de áreas como a assistência social e saúde [...] aos municípios, cabe a principal responsabilidade no atendimento da demanda por educação infantil, sendo previsto o regime de colaboração entre os diversos níveis de governo (CAMPOS, 2011. p. 9).

Nesse sentido, o governo federal com a finalidade de destinar recursos financeiros para a educação infantil bem como a ampliação da oferta de vagas desta etapa escolar e também na intenção de qualificar o atendimento nestes estabelecimentos, instituiu o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). De acordo com o programa, a construção de creches e estabelecimentos de educação infantil, como também o investimento na compra de equipamentos para esses estabelecimentos são imprescindíveis ao avanço da qualidade na educação infantil

(MEC, 2011).

O Proinfância foi criado pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, sendo que sua função é dar assistência financeira de caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios de realizaram o termo de adesão ao Plano de Metas Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR) (MEC, 2008).

A partir de dados obtidos na Secretaria de Educação Municipal em entrevista com o secretário, tomando como ano base 2010, a cidade possui um total de 12 escolas de Ensino Fundamental que tem Educação Infantil abrangendo um total de 191 crianças. Em toda a cidade, destas 12 escolas existe apenas uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) no município. Na rede pública estadual são 3 escolas sendo que cada uma possui uma turma de Educação Infantil,, totalizando 244 crianças atendidas incluindo desde Educação Infantil até Ensino Fundamental.

O Tribunal de Contas do Estado do RS (TCE/RS) elaborou um estudo intitulado de *“Radiografia da Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul”* (2010), tendo como ponto a análise de desempenho de 2009/2010, pois “O foco foi estabelecido a partir das análises técnicas realizadas pela instituição, que apontavam um profundo distanciamento entre as metas fixadas pelo PNE e o desempenho dos indicadores em todo o estado” (TCE, 2010. p. 01).

Nesse sentido, o município de São Pedro do Sul, encontra-se em 407º lugar, com os seguintes dados:

| SÃO PEDRO DO SUL | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|--------------------------------------|-----------------|---|------------------------|---|------------|--------------------------------|
| MATRÍCULAS EXISTENTES | | POPULAÇÃO | | TAXAS DE ATENDIMENTO (MATRÍCULAS/POPULAÇÃO) | | NECESSIDADE DE NOVAS VAGAS A SEREM CRIADAS ATÉ 2011 | | |
| CRECHE | PRE-ESCOLA | DE (0 A 3) ANOS | DE (4 A 5) ANOS | CRECHE (META=50%) | PRÉ-ESCOLA (META= 80%) | CRECHE | PRÉ-ESCOLA | TOTAL DE VAGAS A SEREM CRIADAS |
| 46 | 199 | 650 | 355 | 7,08% | 56,06% | 279 | 85 | 364 |
| SÃO PEDRO DO SUL | | MATRÍCULA TOTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL | | TOTAL POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS | | TAXA DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL | | |
| | | 245 | | 1.005 | | 24,38% | | |

Quadro 1 – Taxa de Matrícula, População e Demanda de atendimento à criança de 0 a 6 anos

Fonte: www.tce.rs.gov.br/ acessado em janeiro de 2012.

Diante desses quadros fica evidente a necessidade de ampliação da oferta da Educação Infantil no município, já que não chegou nem perto de alcançar as metas do PNE (2010), demonstrando um número bastante expressivo da necessidade de vagas a serem criadas para EI. Da mesma forma quanto a sua taxa de atendimento, a qual se expressa em 24,38% apenas, ou seja, muito abaixo do esperado.

Em se tratando do atendimento atual do município na EI, a partir da produção de dados através de entrevistas com o secretário de educação, percebeu-se que das 12 escolas municipais apenas uma delas não possui turma de EI, sendo uma única Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), como também existe apenas uma creche na cidade. Dessas instituições tem-se 191 crianças inseridas na EI de acordo com dados do Censo Escolar 2012 - data básica 30/05/12.

Para compreendermos o histórico da EI no município de São Pedro do Sul, buscou-se dados referentes à Creche Municipal Bertholdo Henrique Von Muhlen junto à diretora atual desta instituição Francielle Homrich a qual relatou que este estabelecimento não possui nenhum documento que conte o início desta creche na cidade, sendo que ela mesma ao ingressar como diretora procurou essas informações mas não as obteve. O único dado encontrado foi uma placa de inauguração fixada na frente da creche, na qual está escrito:

“Agradecimento

Ao governador do Estado do Rio Grande do Sul José Augusto Amaral de Souza.

A presidente da comissão estadual pró-creche Mirian Gonçalves de Souza ao ministério da presidência e assistência social Jair de Oliveira Soares.

Ao prefeito municipal Lavo Alberto Gutheil.

À comissão municipal pró-creche.

À família Bertholdo H'Von Mühlen.

À comunidade local.”

São Pedro do Sul, 27.10.82

Além desse relato, feito pela diretora da creche, a mesma também contou que a creche municipal não possuía Projeto Pedagógico quando ela assumiu a direção. O que a levou a estudar, pesquisar e formular uma proposta a qual é denominada *Plano Pedagógico a partir da realidade encontrada por ela*, sendo que pediu o auxílio de professores nesse processo, mas segundo a diretora basicamente esse documento foi construído por ela ao longo do tempo, porém com muitas incertezas, embora tivesse conhecimento da importância desse projeto para a instituição, grande parte da sua experiência profissional era com Anos Iniciais.

Segundo a diretora, a creche não consegue suprir todas as necessidades de vagas, pois a demanda é muito grande. Segue alguns dados estatísticos das crianças matriculadas na instituição no momento:

| Nº de professores com pedagogia | Nº de funcionários | Nº de estagiários | Nº de salas de aula | Nº de crianças no berçário (4 meses a 2 anos) | Nº de crianças no maternal I (2 a 3 anos) | Nº de crianças no maternal II (3 a 4 anos) | Nº de crianças na pré-escola (a e b juntos de 4 a 6 anos) | Total de crianças |
|---------------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|---|---|--|---|-------------------|
| 6 | 5 * | 3 ** | 5 | 13 *** | 7 | 12 | 13 | 45 |

Quadro 2 – Dados coletados na creche municipal

Fonte: Entrevista com a diretora da Creche Municipal Bertholdo Henrique Von Muhlen.

* Destas funcionárias uma delas é Pedagoga.

** Todas as estagiárias cursam Pedagogia.

*** Segundo a diretora o berçário comporta 12 crianças na turma, mas já está com 13 crianças.

Isso só confirma o que já foi constatado nas entrevistas com o secretário de educação, afirmando a necessidade dessa nova creche através do Proinfância, pois

como já foi mencionado anteriormente existe apenas uma creche no município, a qual não consegue atender a demanda, e certamente a nova unidade também não conseguirá atender todas as crianças que estão fora da escola.

Outra informação importante relatada por Francielle Homrich foi que na creche existe muita falta de professores, o que acaba dificultando muitas vezes o andamento de um bom trabalho, já que a demanda de crianças é muito grande. Outro fato é que quando tem alguma professora esperando a aposentadoria vai para a creche para cumprir a carga horária. Este profissional na maioria das vezes já está cansado, ou mesmo com problemas de saúde, o que dificulta o seu desempenho no trabalho com as crianças. Isso demonstra muitas vezes o descomprometimento do governo com a educação, dando forças ao senso comum de que “para trabalhar com a educação infantil pode ser qualquer pessoa, pois é só brincar”.

A luta dos professores é constante na busca de reconhecimento e valorização pelo trabalho realizado diariamente, tanto financeiramente quanto profissionalmente, pois a classe dos professores quer e precisa ser vista como profissionais da educação, responsáveis pela formação crítica social da sociedade. Nesse sentido, entende-se que para trabalhar em uma creche é preciso continuar a sua experiência educacional, participando de oficinas, cursos relacionados às crianças, procurando estar sempre atualizada, para assim propiciar uma educação de qualidade. Manter-se atualizado sobre propostas pedagógicas para a Educação Infantil ajudará a se tornar um excelente profissional. O que no atual contexto da educação é imprescindível, pois cada vez mais precisamos estar preparadas para os desafios que são muitos quando se trata de educar, como por exemplo atender a demanda da EI distribuindo as matrículas tanto nas escolas Municipais quanto Estaduais.

Diante disso, frente ao questionamento sobre o compromisso do poder público em relação a EI, o Secretário de Educação Galileu Aita fala que: “É o ideal, tem que ficar com o município, em 2012 todas as turmas. Temos condições.”

A fala do secretário vem ao encontro do que a própria Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96 indicam, dizendo que o atendimento na Educação Infantil deve ser prioridade dos municípios. Na LDB no seu artigo 11 fica claro que os municípios terão a incumbência de: “Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos

acima dos percentuais mínimos vinculados pela constituição federal à manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Diante desse cenário o município de São Pedro do Sul foi contemplado com uma unidade através do Programa de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos (Proinfância) do Governo Federal no ano de 2008 a partir de um convênio com o FNDE. O governo federal criou o Proinfância para que sejam construídas creches de educação infantil, como também a compra de equipamentos para esses estabelecimentos, em busca da melhoria da qualidade na educação.

O município de São Pedro do Sul foi contemplado com uma unidade por meio do Proinfância referente ao Grupo 2 para atender a duzentas e quarenta (240) crianças da Educação infantil.

Com o andamento da obra em 2011, aumentou a expectativa da concretização da unidade. Diante da demora e atraso na entrega da obra, o secretário se colocava em entrevista realizada em 13/06/2011 a seguinte questão: Emílio Dias Diniz falou:

A entrega esta prevista para o mês de setembro. Pois ainda falta comprar móveis, que só será possível no ano que vem. Com relação às vagas para a creche de educação infantil será criada uma central de vagas, na qual os pais farão a solicitação de vaga. O transporte não será fornecido ficando a cargo dos pais. O PPP está sendo estruturado com a consultora do MEC, estão sendo feitos estudos preliminares (Secretário da Educação).



Figura 1 – Foto da Unidade - em 22/01/12

Quanto à contratação e formação de profissionais de EI, o secretário Galileu fala que está em andamento, pois tem pessoal para ser chamada no concurso público para professores que já foi realizado, e com relação à formação continuada, esta é desenvolvida pela prefeitura, no começo do ano em março e em julho, totalizando quatro dias em cada período, trazendo temas diversificados, através de pesquisas com os professores.

Ainda nesse contexto, foi perguntado sobre o salário dos professores no município, e ele afirma que existe um plano de carreira, com algumas alterações em andamento para um período de 20 horas semanais, ficando assim estipulado até o momento:

| | | | |
|----------------|------------|-----------------|---------------|
| Nível | Magistério | Ensino Superior | Pós-graduação |
| Salário | R\$512,22 | R\$718,34 | R\$747,26 |

Quadro 3 – Dados obtidos na Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul

Fonte: Secretaria da Fazenda do município.

Os salários dos professores deveriam seguir a lógica da complexidade e da responsabilidade que exigido no ato de ensinar. Sendo assim teríamos os maiores salários para os professores que trabalham na Educação Infantil. Porém a realidade é antagônica e cruel para com aqueles que mais dedicam as suas energias na educação das crianças do nosso país, tarefa considerada árdua, exigente, e, contudo, gratificante.

4.2 A Gestão Municipal e a Implementação do Proinfância no Município de São Pedro do Sul

Com a expansão da Educação Infantil, a gestão municipal apresenta diversos desafios pela frente, entre eles, estão a formação continuada desses profissionais, a valorização salarial, atender a demanda ampliando o número de vagas, dar suporte pedagógico, oferecer os recursos materiais para a instituição, entre outros.

Assim, o Proinfância vem como uma possibilidade para amenizar os impactos dessa política pública no município, com o intuito de ofertar um número maior de vagas para crianças de 0 a 5 anos que ainda não se encontram incorporadas em nenhuma instituição de educação infantil.

O referido programa do Governo Federal foi instituído pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, o programa Proinfância, é parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação.

O objetivo principal do programa é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios que efetuaram o Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR) ². Os recursos destinam-se à construção e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.

Cabe ressaltar que além da elaboração do PAR, para ser contemplado com o programa Proinfância, os municípios devem estar com seus dados orçamentários relativos à educação atualizados no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) ³ do Ministério da Educação e que detenham título de dominialidade do terreno onde haverá a edificação em consonância.

Descrevemos algumas das ações previstas desde que o programa foi instituído:

² Foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

³ É um sistema eletrônico, operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), instituído para coleta, processamento, disseminação e acesso público às informações referentes aos orçamentos de educação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem prejuízo das atribuições próprias dos Poderes Legislativos e dos Tribunais de Contas.

| Ano | Ações |
|-------------|--|
| 2007 e 2008 | - Investimento na construção de 1.021 escolas. |
| 2009 | - FNDE firmou convênios para a construção de 700 creches. - Repasse de recursos para equipar as escolas em fase final de construção. - 214 convênios (cada um com valor superior a R\$ 100 mil) para a compra de móveis e equipamentos, como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros. |
| 2010 | - Convênios para a construção de 628 escolas de educação infantil. -O FNDE transferiu recursos para mobiliar e equipar 299 creches. |
| 2011 | Edificação de 1.500 escolas, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). |

Quadro 4 – Quadro organizado a partir dos dados obtidos no portal do MEC sobre o Proinfância. (2007-2011)

Fonte: Portal MEC

Cabe ressaltar que o PAC é um conjunto de medidas que estimula os investimentos em infraestrutura, crédito e desoneração de tributos para ampliar o PIB (Produto Interno Bruto), a soma das riquezas produzidas pelo País e a geração de empregos, tudo isso aliado a benefícios sociais levados a todas as regiões brasileiras. De acordo com os dados do MEC as ações do PAC 2, no Ministério da Educação, estão voltadas para o Programa Proinfância e para a construção de quadras esportivas escolares cobertas, bem como para a cobertura de quadras esportivas escolares.

Em 2008, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aprovou a inscrição do projeto do município de São Pedro do Sul. Sendo que o a adesão ao programa marca avanços. Hoje, conta-se com uma escola de Educação Infantil, localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul.

A construção dessa nova escola no município vai aumentar 50% no atendimento e oferta de matrículas na rede, sendo que atualmente são atendidas cerca de 191 crianças no total, desde o berçário até a pré-escola.

A perspectiva escolas pelo Proinfância, visa sanar cerca de 75% do déficit de 30 mil vagas em creches até 2020 em todo o país.

Em São Pedro, inicialmente realizou-se um diagnóstico para buscar detectar bairros com alta demanda pelo atendimento e oferta de matrícula. Segundo dados da Secretaria Municipal de Educação a nova unidade vai abrir 120 vagas para crianças de 0 a 5 anos de idade em um bairro que fica praticamente no meio da cidade.

A creche que foi construída no município atende a um projeto padrão do governo federal desenvolvido para cidades de pequeno porte, padrão tipo B segundo o MEC. Com capacidade para atender 240 crianças cada, dimensão construída de 1.211, 92 m com Bloco pedagógico com 8 salas de aula, de leitura, fraldário, sala de informática, banheiros, pátio coberto, pátio descoberto, lactário, lavanderia, refeitório e despensa, recepção, secretaria, almoxarifado, diretoria, sala de servidores e sala de professores.

Porém, ainda existem muitos desafios apresentados à gestão municipal, de modo que, ao levantar dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE) no que se refere às metas do PNE (TCE/RS 2010), verifica-se que o município não conseguiu alcançar as metas em relação à taxa de matrícula na EI, tanto na etapa creche, quanto na pré-escola. Desse modo, constata-se nessa fonte que a taxa de matrícula em creche é 14,76% sendo que a Meta é 50%, já a taxa de matrícula em pré-escola é 59,80% e a Meta é 80%.

Portanto, considera-se que esse desafio precisa de esforços coletivos e ao mesmo tempo, nota-se um longo caminho a percorrer para isso, o tempo e os recursos são poucos, sendo inegável que a gestão educacional em todas as suas esferas deverá estar articulada visando este objetivo.

Para pensarmos acerca da gestão educacional municipal, torna-se imprescindível ter claro o conceito de gestão para que possamos entender a dinâmica do município nesse processo. A palavra gestão tem como uma de suas raízes o termo francês *gestion*, advindo dos administradores de empresas, já que a questão da administração antecede a idéia de gestão, sendo a partir dela que se inicia uma nova era em termos de organização do sistema educacional.

Esse momento histórico é relatado por Sander (2005) quando diz que:

[...] ao longo de nossa vida republicana, o termo *administração* dominou o pensar e o fazer a educação. Atualmente, no entanto uma série de termos disputam seu espaço semântico, destacando-se os de *gestão*, *gerência* e *governança*. Há duas décadas, o termo gestão era praticamente inexistente na teoria e na prática de educação brasileira (SANDER, 2005, p. 123).

Partindo dessa premissa, pode se compreender porque a gestão ainda é tão difícil de vivenciar nas escolas, pois ainda não se tem um consenso do que realmente significa fazer a gestão acontecer, isso acontece dentro a nossa própria casa no dia a dia, já que precisamos saber “gestar” o lar, ou seja, organizar o cotidiano de uma maneira que todos possam conviver da melhor maneira possível.

Na escola, no município, no estado, no país, no mundo não é diferente. Cada um de nós faz parte de um todo, e para que a dinâmica desse “todo” aconteça normalmente é preciso a colaboração de cada um, dentro das possibilidades cabíveis. E gestão é isso, é a maneira como alguém organiza sua rotina, sua casa, seu ambiente de trabalho, sua forma de encontrar soluções para determinadas situações pensando na melhor maneira de organização.

Diante disso, a gestão numa esfera, seja ela de âmbito nacional ou municipal sempre enfrenta inúmeros desafios na sua complexidade, pois a forma de organização é indissociável da questão da gestão, uma está entrelaçada na outra, ou seja, não se pode fazer uma boa gestão do sistema educacional sem fazer antes uma boa organização desse sistema.

Cabe enfatizar, que o município de São Pedro do Sul, tem grandes desafios pela frente com a implementação dessa nova unidade do Proinfância, pois será necessário repensar a organização do seu sistema educacional, sendo que a gestão educacional terá outro olhar para a educação infantil do município, repensando a estrutura física, o ambiente de sala de aula, como também de fora da sala, os equipamentos e recursos das instituições, os materiais pedagógicos, lúdicos, as propostas pedagógicas, os recursos humanos no trabalho com as crianças, bem como a formação, capacitação e valorização desses profissionais, entre outros aspectos que serão levados em conta nessa nova estruturação da gestão educacional municipal.

Em âmbito nacional os desafios são priorizar esforços para que a escola comece atender as crianças de zero a cinco anos e onze meses, no tempo estipulado e da mesma forma proporcionar capacitação docente, bem como a possibilidade da construção de mais escolas para que todas as crianças do município possam estar freqüentando a escola.

Tratando-se do âmbito municipal um dos desafios seria proporcionar formação para os professores e buscar elaborar e firmar acordo para a construção de mais uma nova escola, já que de acordo com os dados já expostos anteriormente

essa unidade construída não conseguirá atender a demanda do município, visto que existem muitas crianças que não frequentam uma escola de Educação Infantil, por que não existem vagas suficientes.

Apresentamos a seguir a análise dos dados do questionário respondidos pelas famílias da comunidade onde será instalada a unidade do Proinfância em São Pedro do Sul/RS.

4.3 Análise da Pesquisa com as Famílias

4.3.1 O Direito à Educação Infantil e a Pesquisa com as famílias

Como já foi mencionado antes, o direito a educação ficou sendo o marco inicial das discussões para a criação de políticas públicas para as crianças pequenas de 0 a 6 anos no que concerne a educação. Em relação à Educação Infantil, este foi conquistado no decorrer dos anos passando por vários momentos históricos os quais já foram discutidos nos capítulos anteriores.

Sabe-se que as primeiras áreas a falarem sobre educação infantil foram a Medicina e a Psicologia, pois a preocupação maior naquele momento era com o cuidado das crianças, isso do ponto de vista da saúde e da higiene das mesmas, ou seja, a educação ainda ficava em segundo plano, existindo ainda uma limitação entre essas áreas.

Mas o tempo foi passando, e o cenário foi se transformando aos poucos. Os estudos acerca dessa temática a criança passou a fazer parte das discussões. Como afirma Aquino (2009):

A limitação dessas áreas – Medicina, Psicologia e Pedagogia -, principalmente por seu caráter prescritivo, tem provocado a aproximação de outros campos, como a Sociologia, a Antropologia e a História, que recentemente passaram a tomar a criança como objeto de estudo (AQUINO, p. 150, 2009).

A partir disso, a visão de infância foi se constituindo num sentido plural, já que não se pode mais falar em infância e criança e sim infâncias e crianças, isso devido

a diversidade de contextos sociais e históricos que se produziram em razão dessas discussões.

Falar em direito à Educação Infantil, vai além do direito à matrícula, pois é preciso pensar na qualidade do trabalho para com essas crianças, bem como no respeito a singularidade de cada um, na forma de aprender, de brincar, de interagir entre outros fatores. Como escreve Campos (2011):

O direito à educação inclui também a exigência de qualidade e o respeito às necessidades da criança em cada fase do seu desenvolvimento: o direito à brincadeira, à atenção individual, ao aconchego e ao afeto, ao desenvolvimento da sociabilidade, assim como direito à aprendizagem e ao conhecimento. (CAMPOS, p. 13-14, 2011).

Nessa perspectiva, o direito à essa etapa de educação não é garantida apenas pelo acesso e pelo direito à vaga, mas vai muito além disso, pois a criança tem a possibilidade de estar num lugar que possa vivenciar diferentes experiências. Esse ambiente escolar precisa ser acolhedor, atrativo, com atividades educativas intencionais, que valorizem a construção da identidade da criança, enfim, um espaço em que a criança tenha contato com adultos e outras crianças em situações variadas do seu cotidiano para que construam significados a partir das suas vivências.

Ainda nessa linha de raciocínio Campos (2011) argumenta dizendo:

[...] a mudança legal deveria ser considerada, do ponto de vista de uma política educacional democratizadora, apenas como um primeiro e talvez o mais fácil dos passos. Para ser uma medida responsável, ela deveria ser acompanhada de mudanças concretas e urgentes na organização e na gestão das redes educacionais em todo o País (CAMPOS, p. 14, 2011).

Ao questionar as às vagas na Educação Infantil, os sujeitos da pesquisa responderam que sabiam quanto ao direito a vagas. E das 24 famílias pesquisadas apenas uma disse não saber. Isso demonstra que o direito à vaga nas instituições infantis hoje é uma realidade embora ainda precise ser ampliada.

Sabe-se que a primeira meta PNE 2011-2020 trata da oferta de vagas, ou seja, universalizar até 2016 o atendimento das crianças de 4 e 5 anos e estender até 2020 as vagas para a Educação Infantil de modo que atenda a 50% das crianças até 3 anos (BRASIL, 2010).

Quanto a esse aspecto Vieira (2010, p. 811) destaca que:

A análise das metas debatidas e deliberadas pela CONAE deve levar em conta que a educação infantil está na pauta das políticas federais de desenvolvimento, e de educação, em particular, podendo ser isso um

aspecto promissor para que se alcance a implementação de políticas que reconheçam a necessidade de amenizar desigualdades sociais diversas (VIEIRA, p. 811, 2010).

Com isso, tem-se a necessidade de investimentos na construção de creches e pré-escolas como consta nas metas do PAC 2⁴, como por exemplo, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)⁵.

Diante disso, a intenção é ampliar a oferta de educação pública para as crianças de 0 a 5 anos de idade a partir da construção desses estabelecimentos, como também com a aquisição de equipamentos e mobiliário. Segundo Vieira (2010) existe a previsão de um gasto de R\$ 7,6 bilhões em quatro anos.

Portanto, acredita-se que essas metas referentes à educação infantil, as quais estão atreladas as metas do PAC 2 e estas articuladas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), estão trazendo mudanças significativas para as políticas públicas em educação infantil, já que a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década 2011-2020 fala do regime de colaboração entre os entes federados no enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais segundo sinaliza a Emenda Constitucional nº 59 de 2009.

4.3.2 A importância da Educação Infantil nas pesquisas com as famílias

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos, os quais constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2009).

Essa etapa da vida escolar de uma criança é extremamente importante para o seu desenvolvimento, pois ela tem a oportunidade de vivenciar momentos lúdicos, de aprendizagem, de descobertas, de trocas de experiências com outras crianças,

⁴ Segundo Programa de Aceleração do Crescimento lançado no dia 29 de março de 2010.

⁵ Foi criado pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação.

de desenvolver a socialização, a imaginação, a criatividade, entre outros fatores. De acordo com Oliveira (2005), a partir da interação com o outro, a criança procura construir a sua identidade com segurança e autonomia, e para isso é necessário um ambiente que explore o lúdico onde sejam respeitados os diferentes ritmos de aprendizagem.

Essas questões ficam claras nas respostas dadas por alguns sujeitos quando questionados acerca da importância da criança estar na educação infantil, é o que coloca a Família 14 que responde que acredita ser:

“Fundamental, pois desde o momento em que a criança entra na escola, ela está em socialização com a sociedade (FAMÍLIA 14)”.

Outra família complementa escrevendo que acredita ser importante para:

“O seu desenvolvimento na aprendizagem e a sua sociabilidade (FAMÍLIA 3)”.

Diante disso, pode-se dizer que os pais esperam da educação infantil, ou seja, que seus filhos deem os primeiros passos na sua caminhada escolar, e que esse momento seja carregado de momentos prazerosos e de aprendizagem. É o que relata a Família 18:

“É o início de ter um bom aprendizado para mais adiante ter um bom futuro (FAMÍLIA 18)”.

Da mesma forma, a Família 14 coloca que a educação infantil é:

“Fundamental, pois desde o momento em que a criança entra na escola, ela está em socialização com a sociedade (FAMÍLIA 14)”.

É preciso que fique claro que a matrícula das crianças nesse nível escolar deve acontecer em estabelecimentos para essa faixa etária para que elas tenham acesso à aprendizagem ao desenvolvimento pleno. Porém, isso não significa que ela seja obrigada a fazer parte de um processo educacional de escolarização, realizado a partir de atividades repetitivas, de pura reprodução e com rotinas “maçantes”. É o está descrito na Carta de Balneário Camboriú, resultante do XXV Encontro Nacional organizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil - MIEIB realizado em 2009, em Santa Catarina, documento esse que aponta:

[...] Ainda que as crianças de 4 e 5 passem a integrar grupo com

obrigatoriedade de matrículas em escolas de educação infantil ou em classes de pré-escola em escolas de EF, devidamente adequadas para essa oferta (PPP, rotinas, espaço físico, recursos e materiais, docentes,...), defendemos que este ingresso em uma etapa de *educação escolar obrigatória* não deve implicar em um processo educacional de viés *escolarizante*, marcado por práticas de disciplinamento de corpos e mentes, repetição de exercícios e atividades, massificação quanto à proposição de atividades com a respectiva desconsideração das singularidades, entre outras marcas já bastante conhecidas da escola básica tradicional brasileira, cujos resultados têm estreita relação com processos de reprovação, evasão e exclusão escolar (MIEIB, Carta de Balneário Camboriú, 2009, p. 1).

Embora, o objetivo da educação infantil não seja a escolarização, é essa a visão que os pais têm, desejam que os filhos frequentem a escola, para aprender, para interagir com outras crianças, para viver diversas experiências.

A Família 8 ressalta:

“Aprender a conviver com outras crianças e aprender a ser educado e capaz de saber coisas importantes para o futuro, e sem estudo a vida é muito difícil e que gostaria que seus filhos estudassem para terem um futuro melhor que de seus pais (FAMÍLIA 8)”.

O relato da Família 5, afirma que essa fase escolar é importante porque:

“[...] aprende a conviver com outras pessoas e já aprende muitas coisas (FAMÍLIA 5)”.

Como coloca Oliveira (2010):

Nesse processo, é preciso considerar que as crianças necessitam envolver-se com diferentes linguagens e valorizar o lúdico, as brincadeiras, as culturas infantis. Não se trata assim de transmitir à criança uma cultura considerada pronta, mas de oferecer condições para ela se apropriar de determinadas aprendizagens que lhe promovem o desenvolvimento de formas de agir, sentir e pensar que são marcantes em um momento histórico (OLIVEIRA, p. 6, 2010).

Dessa forma, compreende-se que as vivências das crianças na educação infantil devem permitir a elas momentos em que desenvolvam diferentes formas de agir, de sentir e de resolver situações do seu dia a dia. Isso também faz parte da expectativa dos pais com relação a entrada da criança na escola.

4.3.3 A Qualidade na Educação Infantil nas Pesquisas com as Famílias

Quando questionados acerca do que garante a qualidade no atendimento na Educação Infantil, ficou evidenciado nas respostas que a capacitação e a qualificação dos docentes é vista como um dos critérios mais citados. Isso é bem importante porque a comunidade já compreende que não basta ser mulher é preciso ter formação.

Perante essa pergunta, a Família 1 afirma dizendo ser:

“A capacitação dos professores (FAMÍLIA 1)”.

Nesse sentido, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (Brasil, 2006) trazem que: “A habilitação exigida para atuar na Educação Infantil é em nível superior, pedagogia ou modalidade normal, admitindo-se, como formação mínima, a modalidade normal, em nível Médio” (BRASIL, p. 38, 2006).

E ainda dessa forma, os municípios que ainda têm profissionais atuando na Educação Infantil sem habilitação mínima exigida devem dar o apoio para que esses profissionais obtenham a formação necessária.

Embora os documentos legais enfatizem que esses profissionais recebem o apoio para a formação, percebe-se a partir da minha vivência que algumas instituições de Educação Infantil ainda admitem profissionais sem habilitação mínima exigida para trabalhar nesse nível de ensino. Sendo que a educação infantil, muitas vezes é vista, como um espaço em que são colocados profissionais de outras áreas para cumprir carga horária, ou até mesmo aqueles profissionais que estão em final de carreira.

Para mudar essa realidade, é necessário a elaboração de políticas que valorizem a educação infantil, que ela precisa ser vista como uma instituição que tem qualidades, especificidades, e que ela vai se aperfeiçoando ao passo que os próprios educadores vão melhorando a sua prática através de trocas de experiências e de estudos teóricos. A maioria das famílias colocou como um indicador de qualidade a formação e capacitação dos profissionais, como, por exemplo, a Família 8: “*Capacitação dos profissionais frequentemente*”. E assim foram sendo

semelhantes às respostas, ou seja, que almejam uma educação de qualidade para seus filhos, argumentando:

“Família 17: Boa formação dos profissionais (FAMÍLIA 17)”.

“Família 21: Os professores bem formados (FAMÍLIA 21)”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (CNE/CEB Nº 5, 2009.) apontam no seu Artigo 3º que esse processo formativo estará observando alguns princípios desse preparo para a atuação profissional específica, os quais considerem por exemplo: “Aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais (BRASIL, 2002)”.

Nessa perspectiva, Scheibe (2010) coloca que:

Vê-se que há um grande movimento nas políticas públicas com vistas a suprir a defasagem de formação e de valorização do trabalho docente. Mesmo assim, as dificuldades e os embates continuam sendo inúmeros. Cabe ao novo PNE estabelecer prioridades para dar continuidade às ações que superem a defasagem existente, corrigindo para isso, determinados percursos e introduzindo novas iniciativas com base nas formulações já destacadas pelos coletivos de educadores (SCHEIBE, p. 996, 2010).

Ainda com relação à formação, esse processo precisa trabalhar com conceitos, teorias, conhecimentos acerca do desenvolvimento infantil, para que aproprie-se desses saberes na busca de uma educação voltada ao desenvolvimento e habilidades e aprendizagens nas crianças por meio de atividades diferenciadas, atrativas, lúdicas, de linguagem e expressão para interagirem com as crianças. Além disso, é necessário despertar nesses profissionais da educação a capacidade de fundar relações de carinho, de amor, de harmonia e de acolhimento com os pequenos instigando-os a se relacionar com as demais crianças.

Isso também foi colocado por uma das famílias como um indicador de qualidade no atendimento aos pequenos, é o que relata a Família 3:

“Profissionais com muita capacidade e amor por aquilo que faz atenção e carinho com as crianças (FAMÍLIA 3)”.

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) tem como objetivo fundar padrões de referência que orientem o sistema

educacional no que diz respeito à organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil. O documento traz esses parâmetros organizados em diferentes seções: proposta pedagógica, gestão das Instituições de Educação Infantil, professoras, professores e aos demais profissionais das instituições, a interações de professoras, professores, gestores, gestoras e demais profissionais destas instituições, a infraestrutura das instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006).

Dessa forma, percebe-se que a partir da coleta de dados, as famílias enfatizaram praticamente com unanimidade a questão da formação dos professores e funcionários, não trazendo outros itens considerados parte da qualidade da Educação Infantil, como por exemplo, a proposta pedagógica e a infraestrutura destas instituições.

De acordo com os Parâmetros esses documentos sinalizam que qualidade na infraestrutura deve oferecer condições compatíveis com o que o PNE definiu como também estar relacionado com os conceitos de sustentabilidade, acessibilidade e com a proposta pedagógica. O documento ainda ressalta que: “[...] a reflexão sobre as necessidades de desenvolvimento da criança (físico, psicológico, intelectual e social) constitui-se em requisito essencial para a formulação dos espaços/lugares destinados à Educação Infantil (BRASIL, p. 21, 2006)”.

Como a criança é vista como um sujeito do processo educacional e conseqüentemente o principal usuário desse espaço escolar, os Parâmetros apontam que esses espaços são: construídos e organizados para atender às necessidades de saúde, alimentação, proteção, descanso, interação, conforto, higiene e aconchego das crianças matriculadas (BRASIL, p. 46, 2006).

Com relação à Proposta Pedagógica, esse documento coloca que a Proposta deve abarcar os princípios éticos, políticos e estéticos, bem como devem promover as práticas do cuidar e do educar, levando em consideração os aspectos, físicos, emocionais, cognitivos, sociais e afetivos compreendendo que ela é um ser completo (BRASIL, 2006).

A proposta da escola é o que vai orientar a suas práticas do cotidiano, por isso deve levar em conta os sujeitos envolvidos, o seu processo de desenvolvimento, as suas formas de aprender, de interagir, pensar e a agir. A criança é capaz de fazer escolhas, de construir conhecimentos, de compreender o

mundo, mas para isso ela precisa de um ambiente que propicie essas construções, sempre tendo como centro o brincar.

Para Kischimoto (2010, p. 1): “Brincar é uma ação livre, que surge a qualquer hora, iniciada e conduzida pela criança, dá prazer, não exige, como condição, um produto final, relaxa, envolve, ensina regras, linguagens, desenvolve habilidades, e introduz no mundo imaginário”.

Assim, o brincar precisa fazer parte das suas vivências escolares, sendo ela a principal atividade do dia a dia na escola, pois é através do brincar que a criança constrói saberes, valores, é por meio da brincadeira que a criança vive os seus desejos e sua imaginação em interação com o outro.

Portanto, essas foram as principais questões levantadas no questionário aplicado com as 24 famílias, sendo que estas guardam grandes expectativas pela criação da unidade no bairro Maturino Bello, já que essa era uma reivindicação, até mesmo um sonho dessa comunidade há vários anos.

Portanto, a construção dessa unidade no município traz para a comunidade novas expectativas, pois há muito tempo essas famílias lutam para que seja construída uma creche nesse bairro da cidade. O desejo estava presente nas respostas dos sujeitos ao serem questionados acerca da importância dessa unidade relataram que traria diferentes benefícios para aquela comunidade, como por exemplo: valorização do bairro garantia de vaga às crianças de 0 a 6 anos, melhoria do atendimento às crianças, oportunidades de trabalho, e para os pais que e mães que trabalham fora de casa, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou trazer algumas reflexões acerca das políticas públicas para a Educação Infantil, à luz da questão da antecipação da entrada da criança aos quatro anos de idade nas turmas de pré-escola, conforme determina a Emenda Constitucional 59/09 e percebeu-se que muito ainda há para ser discutido acerca desse tema.

Durante muito tempo, a criança não existia enquanto criança, ou seja, ela era considerada um adulto em miniatura, assumindo diferentes tarefas e responsabilidades, bem como serviam como “brinquedinhos” nas mãos dos filhos dos senhores nobres, passando por momentos humilhantes.

Dessa maneira, a partir da segunda metade do século XX, algumas iniciativas foram tomadas para proteger a infância, sendo criados estabelecimentos de acolhimento, porque os filhos dos escravos também seriam beneficiados. Foi então que surgiram as creches, asilos e internatos, as quais eram notadas como instituições semelhantes com o objetivo de cuidar das crianças pobres. Então, passaram a existir os primeiros jardins-de-infância, os quais foram instituídos entre os anos de 1875 e 1877 respectivamente no Rio de Janeiro e São Paulo, sendo estes particulares, aparecendo alguns anos depois os primeiros estabelecimentos públicos.

Apenas com o passar do tempo, é que a infância foi vista como uma etapa importante e recebendo a atenção que precisava. A Medicina e a Psicologia foram às primeiras áreas a deterem o olhar para a infância buscando relacionar os conhecimentos entre a Pedagogia e a Educação para compreender os conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil. A infância foi sendo tema de estudos e pesquisas ao longo dos anos, chegando a um importante fato histórico, a Assembléia Geral das Nações Unidas, encontro esse onde representantes de diferentes países, aprovaram a Declaração dos Direitos da Criança em 20 de novembro de 1959.

Após esse momento histórico, a Assembléia aprovou a Convenção dos Direitos da Criança, uma Carta Magna destinada à todas as crianças do mundo, a qual no ano seguinte foi oficializada como lei internacional, ressaltando a

importância de uma infância mais justa para as crianças.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e LDB 9394/96 também foram marcos históricos importantes para os estudos acerca da infância, pois é a partir dessa legislação que a criança começa a ser vista como um ser de direitos.

Dessa forma, o direito a educação passou a ser o ponto central das discussões para a elaboração de políticas públicas para as crianças de 0 a 6 anos de idade. Sendo que o direito à Educação Infantil – foi conquistado ao longo dos anos. Sabe-se que a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, sendo ela o primeiro contato que a criança tem com o mundo escolar, e este deve ser prazeroso, cheio de novidades, de imaginações e brincadeiras para que a criança possa desenvolver suas habilidades básicas.

Frente às fragilidades da educação infantil ao longo da história, tendo em vista a importância da elaboração de políticas públicas para a primeira etapa da educação básica, foram criadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) no ano de 2009. Esse documento legal tem papel importante, pois tem como objetivo orientar e organizar as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos, trazendo a prática dessa etapa como uma relação de coexistência entre o educar e o cuidar.

Outro documento de suma importância no campo educacional é o Plano Nacional de Educação–PNE (2011), pois para que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEIs possam se concretizar precisa estar em “sintonia” com o PNE. É nele que estão as metas de estratégias traçadas para os próximos dez anos no Brasil. Nele também encontram-se as metas que não foram alcançadas no PNE 2001-2010, como por exemplo, a ampliação do acesso ao ensino público as crianças e jovens dos 4 aos 17 anos.

Diante do que está exposto no novo Plano (2011-2010), a primeira delas versa acerca da Universalização do ensino até 2016, do atendimento a população de 4 a 5 anos de idade e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos (Brasil, 2011). Entende-se que a intenção é de fazer com que seja cumprido e respeitado o direito ao acesso da criança a etapa da Educação Infantil.

Para isso, atualmente foi aprovada a “Emenda 59” no ano de 2009, a qual aborda a questão da obrigatoriedade da matrícula de crianças de 4 e 5 anos de

idade na educação infantil. A referida Emenda Constitucional altera a redação do Artigo nº 208 da Constituição Federal, que trata na sua originalidade sobre a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, ampliando agora para a educação básica, ou seja, passa a ser obrigatório e gratuito a oferta de educação infantil para crianças de 4 a 5 anos de idade, ensino fundamental e médio.

Cabe ressaltar que essa alteração vai além da obrigatoriedade da matrícula, se estendendo para uma oferta de qualidade às crianças que estão ingressando na educação básica, para tanto uma das metas para que se possa tender essa demanda, criou-se o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Esse Programa do Governo Federal, que foi criado pela Resolução nº 6, de 24 de abril de 2007, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, seu papel é dar assistência financeira de caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos municípios de realizaram o termo de adesão ao Plano de Metas Todos pela Educação e elaboraram o Plano de Ações Articuladas (PAR) (MEC, 2008).

Acredita-se que com esse programa, com a construção de creches e estabelecimentos de educação infantil, e também investimentos na compra de equipamentos para esses estabelecimentos é um dos meios de se avançar na busca pela qualidade na Educação Infantil.

A partir dos dados obtidos para o referido estudo, o município de São Pedro do Sul, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, foi contemplado com a obra através do Proinfância com uma unidade referente ao Grupo 2 para atender a duzentas e quarenta (240) crianças da Educação infantil.

Expandindo um pouco o foco do estudo, Tribunal de Contas do Estado do RS elaborou um estudo intitulado de “Radiografia da Educação Infantil do Estado do Rio Grande do Sul” tendo como ponto a análise de desempenho de 2009/2010, pois “O foco foi estabelecido a partir das análises técnicas realizadas pela instituição, que apontavam um profundo distanciamento entre as metas fixadas pelo PNE e o desempenho dos indicadores em todo o estado” (TCE, p. 01, 2010).

A melhoria da qualidade no atendimento às crianças pequenas foi um dos itens que mais ficou evidente na pesquisa, onde os pais colocaram que para se ter uma qualidade no atendimento, é necessário ter profissionais qualificados e capacitados para trabalhar nessa instituição. Ficando claro, portanto que a formação

dos profissionais de Educação Infantil, é um dos indicadores que merecem um olhar mais atento para a formulação de políticas públicas, as quais devem levar em conta a necessidade de uma formação de qualidade, bem como de políticas de valorização profissional para que realmente se possa falar em Educação Infantil com qualidade no Brasil.

Portanto, esta pesquisa trouxe algumas reflexões, dentro do contexto da educação infantil, e da gestão, porém, com elas, vieram à necessidade e a vontade de continuar nessa caminhada para ampliar o foco deste estudo acerca da Educação Infantil, pois a formação em Pedagogia ainda está muito distante do que realmente deveria ser com estudos mais aprofundados e específicos desta etapa da educação básica. Justifica-se esses argumentos em função da minha formação há 5 anos atrás a qual era denominada como Pedagogia Anos Iniciais, que somente depois com as reformulações do currículo do curso foi feito um apostilamento, ficando portanto essa lacuna, na minha formação no curso de Pedagogia e este estudo na área da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Lígia Maria Motta Lima Leão de. Desafios para a efetivação do direito à educação para a pequena infância. In: VASQUES, Carla Karnoppi; SCHLICKMANN, Maria Sirlene Pereira; CAMPOS, Rosânia (Orgs). **Educação e infância: múltiplos olhares, outras leituras**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução por Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

BRASIL. **CNE/CES 009/2001**. Dispõe sobre as Diretrizes para a formação da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 06 jun de 2012.

_____. http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=831421&filename=Tramitacao-PL+8035/2010. Acesso em 02 de janeiro de 2013.

_____. **MEC/CNE/CEB. RESOLUÇÃO N. 5**, de 17 de DEZEMBRO DE 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 19 jul de 2012.

_____. **Decreto nº 3.276**, de 6 de dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 de Jul. de 2012.

_____. **Emenda Constitucional nº 59**. Brasília, em 11 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 25 maio, de 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/90**.

_____. **IBGE. Dados do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em: 23 jul. de 2010.

_____. **Lei nº. 10.172/2001**. Brasília, 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 set. de 2008.

_____. **Lei 8035/2010**. Brasília, 2012. Plano Nacional de Educação. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 23 julh de 2012.

_____. MEC/FNDE. **Apresentação do Proinfância**. Brasília: 2007.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei Federal 9394/96.

_____. MEC. **Conselho Nacional de Educação**. Resolução n. 1, de 0704/99 – Institui as Diretrizes Curriculares.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, fixadas pela Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2009. Brasília: CNE/CEB, 2009.

_____. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas**. Brasília, DF: MEC, 2007.

_____. **Plano de Ações Articuladas (PAR)**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: outubro de 2011.

_____. MEC. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

_____. MEC. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF: v. 2.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca (2005). **LDB Passo a passo**. São Paulo: ED. Avercamp, 2005.

CAMPOS, Maria Malta. A Educação Infantil como direito. In: Insumos para o debate 2 – **Emenda Constitucional nº 59/2009 e a educação infantil: impactos e perspectivas**. São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2011.

Carta Aberta do MIEIB. **Carta de Balneário Camboriú**. XXV Encontro Nacional do MIEIB. Balneário Camboriú, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, Tizuco. **Brinquedos e brincadeira na Educação Infantil**. MEC: Secretária de Educação Básica. Consulta Pública: Agosto 2010.

KUHLMANN JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Zilma Ramos de. **O currículo na Educação Infantil: o que propõem as novas Diretrizes Nacionais?** MEC. Secretária de Educação Básica. Consulta Pública. Agosto de 2010.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: IIN/ EDUSU/ Amais, 1995.

RAMIRES, Vera Regina; SCHNEIDER, Alessandra. **Primeira Infância Melhor**: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas do Estado/RS. **Radiografia da Educação Infantil/RS**. Análise do Desempenho 2009/2010. Disponível em: ww2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/. Acesso em: 20 de jul de 2012

SANDER, Benno. **Políticas Públicas e Gestão Democrática da Educação**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

SANDIN ESTEBAN, Maria P. **Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Ed. Mcgraw-Hill Brasil, 2010.

SCHEIBE, Leda. Valorização e formação dos professores para a educação básica: questões desafiadoras para um novo Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas v. 31 n. 112, p. 981-1000- jul - set 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANTI, Elisa dos Santos. **Lições da Infância: reflexões sobre a História da Educação Infantil**. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

VIEIRA, Lívia Fraga. Políticas de educação infantil no Brasil no século XX. In: SOUZA, Gisele de (Org.) **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

ANEXO

Anexo A – Projeto Padrão: Unidade Proinfância Tipo B



APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de produção de dados

PROJETO DE PESQUISA

**MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO
RS: ESTUDO DE CASO AS IMPLANTAÇÃO DA OBRIGATORIEDADE DA
MATRÍCULA NA PRÉ-ESCOLA (2011-2016).**

REUNIÃO DO GRUPO DE PESQUISA UFSM/UFRGS: UFSM – 14/4/11

**Coordenação: Professora Maria Luiza Rodrigues Flores (UFRGS)
Professora Débora Mello (UFSM)**

PROPOSTA DE INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS INICIAL

PESQUISADORA/COLETADORA:

DATA DO DIAGNÓSTICO: _____

MUNICÍPIO:

NOME DO/A PREFEITO/A:

NOME DO/A SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO:

REALIZOU CONVÊNIO PROINFÂNCIA? _____

EM CASO AFIRMATIVO, CONTEMPLADO COM QUANTAS UNIDADES: _____

PREVISÃO DE INÍCIO DE FUNCIONAMENTO:

POSSUI SISTEMA PRÓPRIO DE EDUCAÇÃO?

POSSUI CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO?

POSSUI NORMATIVA PRÓPRIA PARA A EI?

POSSUI COORDENAÇÃO ESPECÍFICA DE EI?

ANO BASE: 2010

POPULAÇÃO 2010:

POPULAÇÃO DE 0 A 6 ANOS:

POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS:

POPULAÇÃO DE 4 A 6 ANOS:

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

TOTAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS NA REDE DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL:

TOTAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS:

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:

TOTAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS:

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA PRIVADA CONVENIADA:

TOTAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS:

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DA PRIVADA PARTICULAR:

TOTAL DE CRIANÇAS ATENDIDAS:

DEMANDA MANIFESTA POR EDUCAÇÃO INFANTIL:

POPULAÇÃO DE 0 A 3 ANOS:

POPULAÇÃO DE 4 A 6 ANOS:

LEVANTAMENTO DE DADOS:

- Critérios de seleção para escolas públicas de ei:
- Critérios de seleção para escolas conveniadas de ei:
- Contratação/formação de profissionais de ei:
- Salário dos professores:
- Desenvolve ações de formação continuada?
- Quais? com qual regularidade?
- Fontes de financiamento para ei:
- Custo aluno/ano na ei:
- Plano de aplicação de recursos:
- Compromissos do poder público em relação a ei:
- Breve histórico da ei municipal: _____

RECOMENDAÇÕES AO GRUPO:

- Fotografar estabelecimentos da rede municipal;
- Monitorar notícias da mídia nacional, estadual e municipal;
- Acompanhar notícias/políticas no site do MEC;
- Levantar dados nos sites: ibge, inep, ipea
- Pesquisar artigos correlatos em bibliotecas físicas e digitais de universidades e entidades de pesquisa

Apêndice B – Questionário aplicado com as famílias de crianças de 0 a 6 anos



**MATRÍCULA OBRIGATÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DOS
QUATRO ANOS DE IDADE: AVANÇOS E DESAFIOS E
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE
SÃO PEDRO DO SUL**

PROPOSTA DE INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS

- a) Você tem filhos (as) com idade de 0 a 6 anos? () Sim Quantos? _____ () Não.
- b) Você tem filhos (as) que estiveram ou estão matriculadas na Educação Infantil (Creche ou Pré-Escola)?
() Sim Quantos? _____ () Não.
- c) Você sabe que seu filho (a) tem direito à matrícula na Educação Infantil?

- d) Qual a importância da criança estar na escola de Educação Infantil para você?

- e) Caso você tenha procurado uma escola de Educação Infantil para seu (a) filho (a), você conseguiu vaga? Não? Por quê?

- f) Você conhece alguma escola de Educação Infantil que atende crianças de 0 a 6 anos? Qual? _____

- g) Em sua opinião, o que garante a qualidade no atendimento na escola de Educação Infantil? _____

- h) Você já sabe sobre a construção da nova creche no bairro Maturino Belo? O que essa nova creche pode trazer de bom para essa comunidade?

Apêndice C – Fotos da obra da unidade do Proinfância do município de São Pedro do Sul - janeiro de 2012.

